

EDUCAÇÃO NO CAMPO E OS MOVIMENTOS SOCIAIS: UM OLHAR A PARTIR DO ASSENTAMENTO MADRE CRISTINA EM ARIQUEMES- RO.¹

Alessandro Sérgio Bezerra²

Erilda Batista Dias³

José Joaci Barboza⁴

RESUMO: Este artigo tem por objetivo analisar e buscar entender os mecanismos que visam à Educação do Campo e no Campo a partir da realidade do Assentamento Madre Cristina em Ariquemes, bem como diagnosticar a importância da Educação do Campo no Assentamento e verificar o ponto de vista das lideranças do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e Assentamento Madre Cristina em relação à Educação do Campo. O estudo foi desenvolvido de fevereiro de 2012 a março de 2013. Como problemática, questiona-se: quais as dificuldades encontradas pelos assentados na implantação de uma escola para os anos iniciais do Ensino Fundamental no Assentamento? Para tanto foram realizadas pesquisas bibliográficas e pesquisa de campo, tendo como instrumento de coleta a realização de entrevistas. Os resultados apontam uma preocupação por parte dos assentados em que o homem e a mulher do campo sejam valorizados com e por sua cultura, sendo uma das preocupações a evasão do jovem camponês para a área urbana.

PALAVRAS – CHAVE: Educação no/do Campo. Movimentos Sociais. Assentamento Madre Cristina.

“Não há educação fora das sociedades humanas e
não há homem no vazio”

Paulo Freire

1. INTRODUÇÃO:

A Educação do Campo tem conquistado lugar na agenda política nas instâncias municipais, estaduais e federal nos últimos anos como a Resolução CNE/CEB Nº1, de 3 de abril de 2002, que trata de pontos importantes desta modalidade de ensino, fruto das demandas dos movimentos e organizações sociais dos trabalhadores rurais.

Essa educação expressa uma nova concepção quanto ao campo, o camponês/camponesa ou o trabalhador e a trabalhadora rural, fortalecendo o caráter de classe nas lutas em torno da Educação do Campo como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), existem projetos de educação de jovens e adultos visando à alfabetização, escolarização e capacitação dos trabalhadores dos assentamentos da reforma agrária, além de projetos de formação inicial como a Pedagogia da Terra e a Licenciatura em Educação do Campo, os projetos de formação continuada

¹ Trabalho elaborado como requisito avaliativo no âmbito do Curso de Formação continuada Projovem Campo Saberes da Terra Porto Velho, março de 2013

² alessandro.uab@gmail.com Universidade Federal de Rondônia

³ diaserilda@gmail.com Universidade Federal de Rondônia

⁴ joacib@unir.br Universidade Federal de Rondônia - unir

como a especialização *lato sensu* em Educação do Campo. Os cursos de Letras, História, Geografia e Agronomia também são desenvolvidos no contexto do PRONERA. Em contraponto há visão de camponês/camponesa e de rural como sinônimo de arcaico e atrasado, a concepção de Educação do Campo valoriza os conhecimentos da prática social dos camponeses/camponesas e enfatiza o campo como lugar de trabalho, moradia, lazer, sociabilidade, identidade, enfim, como lugar da construção de novas possibilidades de reprodução social e de desenvolvimento sustentável. Os movimentos sociais, expressivamente o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Movimento dos pequenos Agricultores (MPA) demandam do Estado iniciativas no âmbito da oferta de educação pública e da formação de profissionais para trabalhar nas escolas localizadas no campo.

A luta do povo camponês por uma educação do campo é fundamental na garantia de seus direitos à educação que seja no e do campo: o povo tem direito de ser educado no lugar onde vive bem como a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais. Caldart (2002, p. 26) afirma que:

A Educação do Campo é um projeto educacional compreendido a partir dos sujeitos que tem o campo como seu espaço de vida. Nesse sentido, ela é uma educação que deve ser no e do campo – No, porque ‘o povo tem o direito a ser educado no lugar onde vive’; pois, o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação vinculada ‘à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais’.

O objetivo deste artigo é refletir sobre as experiências junto aos educandos e educandas do Assentamento Madre Cristina na luta em que os assentados têm para conseguir uma escola que atue com os anos iniciais do ensino fundamental dentro do Assentamento. Diante da problemática existente há a necessidade de ser discutida uma Educação no Campo do Campo, pois os camponeses e as camponesas são fundamentais no presente e serão no futuro e, com isso, é preciso uma valorização da educação para que os educandos e educandas não saiam do campo, mas que possam permanecer nele. Pensando assim a construção da escola no Assentamento Madre Cristina possibilita a continuidade da cultura dos camponeses deste assentamento.

Realizamos duas entrevistas com as lideranças do movimento camponês, sendo uma com o presidente do Sindicato Rural de Ariquemes, e a segunda com a liderança do assentamento responsável pela frente de educação e gênero. As entrevistas foram realizadas no período de outubro a dezembro do ano de dois mil e doze. Após a realização das entrevistas coletamos as cartas de aceite para a utilização das mesmas no artigo.

2. HISTÓRICO DO ASSENTAMENTO MADRE CRISTINA

Ao discutir o tema Educação do Campo é preciso retomar a história e os fatos marcantes para compreender como o campo ao longo dos anos vem se instituindo proporcionalmente. Infelizmente até hoje, a Educação do Campo ainda dá passos iniciais, deixando a desejar em ser uma educação de qualidade e que atenda as demandas das próprias comunidades, pois faltam políticas voltadas para esses fins. E não é diferente no Assentamento Madre Cristina em Ariquemes, De acordo com relatos coletados⁵, o Assentamento surgiu com a existência de pessoas sem terra no referido município, em 1998 com a desapropriação da terra por parte do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), mas não houve confrontos, pois o proprietário já procurara o INCRA para negociar, não havendo mais interesse pela terra. Os acampados tinham boa relação com o proprietário e responsável pela fazenda e isso facilitou para uma negociação pacífica, havia 10 (dez) anos que estavam acampados na fazenda. O nome Madre Cristina, em homenagem a Madre por ser companheira do (MST) e fazer parte de movimentos sociais, defendendo e apoiando os menos favorecidos. Sua vida foi exemplo de bondades em prol do ser humano e respeito à diversidade e meio ambiente.

Eram 42 (quarenta e duas) famílias acampadas buscando seus direitos em possuir a terra, mas muitos desistiram ao longo desses 10 (dez) anos por não terem apoio financeiro para trabalhar/cultivar a terra. Hoje o assentamento é formado basicamente por 35 (trinta e cinco) famílias que praticam a policultura, e por isso há uma relação de respeito com a terra, portanto, utilizam produtos orgânicos, preservando o solo e a saúde. Trabalham individualmente, até mesmo porque as políticas públicas que deveriam incentivar o cooperativismo ou outros modelos que correspondam as necessidades inerentes à produção familiar camponesa .

Ainda não se criou uma cultura cooperativista dentro do assentamento, sendo o individualismo a ideologia principal do capitalismo, embora muitos assentados almejem trabalhar com o cooperativismo, pois são sabedores da importância do combate à produção agrícola capitalistas onde grandes empresas transnacionais controlam o mercado de sementes, insumos e produtos o que significa uma desnacionalização progressiva do setor agrícola, concentração econômica (poucas empresas), verticalização (as mesmas empresas controlando os insumos, o armazenamento e beneficiamento da produção e a venda) e grandes propriedades articulando-se entre setor agrícola, bancário, industrial e o aparato estatal em que se destacam as políticas públicas que viabilizam essa expansão.

Este modelo (capitalismo) defende a prática da monocultura, expulsando os camponeses e as camponesas para os centros urbanos havendo um alto índice de desemprego, miséria e fome. Substituem o trabalho de homens por máquinas, devastam a floresta, destroem a microbiologia do solo, utilizam produtos químicos e o lucro fica com uma minoria. Leroy (1991, p. 181) afirma que:

Porém, esse capitalismo tão predador e selvagem monta na Amazônia um cenário de destruição tão desolador que convida sua população a resistir e impoe-se como protagonista do drama em jogo. Aqui estão novas lutas a perder ou vencer para que o campesinato do Norte avance na sua afirmação coltiva e ocupe o espaço que é seu, ao lado de outras forças sociais empenhadas em construir a sociedade democrática de que precisamos.

No Assentamento Madre Cristina, por exemplo, não há escola para atender aos educandos e educandas dessa comunidade. Os Assentados reivindicam uma escola para os anos iniciais do ensino fundamental. É a partir dessa realidade que será abordada a problemática existente no Assentamento. Quais os problemas enfrentados pela comunidade em função de não ter uma escola no Assentamento e o que acarreta para a comunidade, sendo que os educandos e as educandas precisam deslocar-se para a escola mais próxima? É na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Henrique Dias que são recebidos havendo uma mistura de percepções de mundo, educadores que defendem o capitalismo e a propriedade privada dos meios de produção, educandos/educandas filhos e filhas de fazendeiros, educandos/educandas filhos e filhas de empregados nas fazendas próximas da escola e professores fazendeiros e o que é pior é não haver uma diferenciação quanto aos conteúdos das escolas urbanas para as escolas situadas no campo.

Os educandos e educandas das escolas situadas no campo em sua maioria estudam já pensando em migrarem do campo para cidade de Ariquemes em busca de emprego em lojas, lanchonetes, supermercados, auxiliares de pedreiros, etc. se tivessem uma educação que de fato atendesse as expectativas dos jovens camponeses e das jovens camponesas permaneceriam na propriedade rural podendo cursar um ensino superior morando no campo e assim desenvolverem atividades rentáveis até mais que os moradores da cidade.

3. EDUCAÇÃO DO CAMPO

Para o estabelecimento de uma Educação do e no Campo, é necessário garantir que todas as pessoas que vivem no campo tenham acesso a uma educação de qualidade social, em todos os níveis e modalidades, apoiadas num processo de formação humana construída a partir de referências culturais, históricas e sociais, voltadas aos interesses da vida dos camponeses/camponesas e, ao mesmo tempo, articulada ao Projeto Nacional de Educação. Para tanto, devem estar garantidos o tipo

de escola, a proposta educativa e o vínculo necessário dessa educação com estratégias específicas de desenvolvimento humano e social. Os artigos 23, 26, e 28 da Lei 9.394/96 – Diretrizes e Base da Educação Nacional – LDB, determinam que na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente em conteúdos curriculares, metodologias apropriadas, adequação do calendário às fases e ciclos agrícolas e contemplarão as diversidades em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia.

Enquanto que a Educação no Campo deveria ser, acima de tudo, uma perspectiva de mudança dentro do contexto próprio do Assentamento percebe-se que a mesma vai deixando de ser essencial com mudança de atitudes. Atitude essa que não é só por parte dos assentados, mas acima de tudo por parte do poder público que deveria antes da polarização pensar e discutir uma proposta que atendesse as necessidades educacionais, culturais e ambientais, desta forma há falta de conscientização de que a educação do campo é primordial para levar o camponês/camponesa a uma postura diferente diante de problemas existentes em sua vida.

Durante o processo de polarização, no seu início, houve muita resistência dos movimentos dos camponeses/camponesas como o (MST), (MPA) e outros. Constata-se que faltou maior diálogo com as comunidades. E o Projeto de Polarização foi imposto a esse público, percebe-se uma oposição à realidade vivida por parte desses que não querem dar continuidade à história do Assentamento através de suas filhas e filhos, inserindo sua prole no sistema educacional tradicional, no qual não farão questão de se interessarem por um território de conquista por direito de solidariedade e cooperativismo e sim por hábitos de participação no sistema capitalista, isto ocorre justamente por não acreditarem mais em uma política pública voltada para uma educação do campo para o campo.

Sabendo disso as lideranças acabam tendo uma parcela de “culpa” por não fazer os companheiros do grupo, (os assentados) “enxergarem” a importância da preservação dos costumes e tradições que é parte da metodologia do movimento, até mesmo antes de ser um assentamento, transmitindo às crianças desde cedo à importância da sustentabilidade, amor a natureza e respeito à terra. “O que importa, realmente, ao ajudar-se o homem é ajudá-lo a ajudar-se. [...]”. (FREIRE, 1980, p. 58).

A Educação do Campo pensada e construída com cidadãos e cidadãs do campo, num processo de buscar informações para de fato atender de forma plena o público alvo que é o filho e a filha do camponês e da camponesa, nos quais são cidadãos e cidadãs pensantes do meio rural e desta

forma os mesmos terão satisfação em permanecer no campo. O Artigo 2º da resolução CNE/CEB N.1 de 03 de Abril de 2002, das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, em seu Parágrafo único, estabelece que “A identidade da escola do campo é definida pela vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciências e tecnologias disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social de vida coletiva no país.” Também o artigo 5º assegura que “As propostas pedagógicas das escolas do campo, respeita as diferenças e o direito à igualdade. Ainda no artigo 7º, parágrafo 2º prevê que, as atividades constantes das propostas pedagógicas das escolas, preservadas as finalidades de cada etapa da educação básica e da modalidade e ensino previsto, poderão ser organizadas e desenvolvidas em diferentes espaços pedagógicos, sempre que o exercício do direito à educação escolar e o desenvolvimento da capacidade dos educandos e educandas de aprender e continuar aprendendo.”

Desde a década de 1960, a Educação do Campo vem sendo marcada com influências capitalista. A história nos mostra que foi através dos movimentos sociais que houve as pequenas conquistas e avanços na Educação do Campo. Mesmo assim, o modelo implantado não foi suficiente e desejável, pois no regime militar a política agrária incentivou o cidadão e a cidadã a ficarem na terra, mas beneficiou só a elite brasileira. Essa política agrária valorizou as grandes fábricas de produtos agrícolas e de insumos. Essa foi uma manobra do governo para impedir a organização dos trabalhadores e trabalhadoras do campo. Enquanto que a política deveria ser para incentivar e valorizar os trabalhadores e trabalhadoras do campo que extraem o sustento da terra que lhes é o bem mais precioso. Afinal, os trabalhadores e as trabalhadoras do campo não precisavam ler e escrever. Para que isso serviria no trabalho da mão de obra agrícola? Este era o ponto de vista do poder público.

Percebe-se um emaranhado de conflitos que são gerados por um sistema que às vezes impõe “regras”, fazendo com que a Educação do Campo fuja da realidade da clientela atrapalhando o bom desempenho do educador e da educadora quanto ao aprendizado do educando e educanda. Tudo isso sem contar com os problemas existentes para uma educação de qualidade como: falta de profissionais que de fato são adeptos à uma Educação do Campo, estando trabalhando nas escolas pólos apenas por uma gratificação de difícil acesso sem o compromisso com este modelo de educação, falta de materiais didáticos, transporte, construção de salas, entre outros, estes fatores surgiram a partir da polarização.

Para uma educação de qualidade é preciso, profissionais bem preparados, atualizados, que sejam capazes de contribuir com os jovens e as jovens do campo a serem críticos no meio social, que as escolas tenham laboratórios, que a infra-estrutura não seja precária, que tenha biblioteca e carteiras e cadeiras escolares para todos os educandos e educandas, entre outros. Para que isso tudo funcione bem, seria preciso ir além de materiais didáticos e profissionais preparados, precisa-se que o projeto político pedagógico concernente a educação do campo seja discutido com a clientela do campo, ou seja, deveriam ser construídos a partir da realidade do educando e da educanda.

Na Constituição Brasileira é afirmado no Art. 205, que a educação, direito de todos e dever do estado e da família e no Art. 206, a Constituição determina que o ensino deva ser orientado por vários princípios. Dentre esses princípios, o primeiro é o da “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, com princípio sendo de suma importância, deveria ser diferente, ou seja, a Educação do Campo precisa ir muito além do Art. 206 da Constituição Brasileira. Nossos educandos e educandas do campo estão mesmo tendo “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”?

Há um paradigma em construção quanto à Educação do Campo que vem se desenvolvendo no campo em um grande movimento educativo, através de diferentes movimentos sociais com um conjunto de práticas pedagógicas, que vão desde a educação básica até o ensino superior que é realizado através do (PRONERA), nascido com a luta pela terra e Reforma Agrária.

De 1997 a 2004, a Educação do Campo ganhou espacialização com diversas participações de movimentos como MST, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil (UNEFAB), Associação Regional das Casas Familiares Rurais (ARCAFAR) após o apoio e a expansão desses movimentos na luta pela Educação do Campo outros movimentos juntaram-se para reforçar os movimentos já existentes, foram eles o (MPA), O Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Surge então a ampliação de parcerias que contribuem para Educação do Campo, nos quais os movimentos sociais colocaram a partir daí esse assunto na pauta dos Estados e Municípios.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho, nossa preocupação foi analisar e buscar entender os mecanismos que visam à Educação do Campo e no Campo a partir da realidade do Assentamento Madre Cristina em Ariquemes. O estudo foi desenvolvido de fevereiro de 2012 a março de 2013 e elegeu como problemática central, a seguinte questão: quais as dificuldades encontradas pelos assentados na

implantação de uma escola com os anos iniciais do ensino fundamental no Assentamento? Para tanto foram realizadas pesquisas bibliográficas e pesquisa de campo, tendo como instrumento de coleta a realização de entrevistas.

Os resultados assinalam que há uma preocupação por parte dos assentados em que o homem e a mulher do campo sejam valorizados com e por sua cultura, sendo uma das preocupações a evasão do jovem camponês e da jovem camponesa para a área urbana. Em relação à falta da escola de anos iniciais do ensino fundamental no Assentamento Madre Cristina, as razões na interpretação dos colaboradores da pesquisa é que inexistente por parte do Poder Público Municipal interesse na criação e instalação da escola e alega nos diálogos travados com as lideranças que já existe uma escola pólo. O poder público não leva em consideração que esta escola fica distante, cerca de oito (8) km da comunidade, dificultando assim, o acesso e a permanência dos alunos e alunas. Observações empíricas informam ainda que no tempo das chuvas, o ônibus não adentra até a parada final do assentamento e com isso penaliza os estudantes que moram mais longe.

Portanto, pensar sobre a Educação no/do Campo a partir das demandas por uma escola diferenciada, observada junto aos assentados da comunidade Madre Cristina em Ariquemes, Rondônia, permite afirmar que é necessário uma política pública que de fato atendam os educandos e educandas camponeses, possibilitando condições de multiplicação da cultura por meio da união de educadores camponeses/camponesas, familiares e comunidade, ou seja, a continuidade desta cultura é primordial na permanência do/da jovem do campo, a produção agrícola saudável respeitando o meio ambiente. Neste sentido, o Caderno Nº 2 do Projovem Campo-Saberes da Terra dos educandos e Educandas,(2010, p.39) afirma que “[...] as diferentes formas que representam a produção familiar no campo possuem em comum, tanto uma luta de resistência à expropriação (luta social), como uma luta por manter uma forma distinta de relacionamento com a natureza (luta ecológica).”

Em função da luta incansável por parte das lideranças do assentamento, acreditamos que a construção da escola de anos iniciais do Ensino Fundamental de fato acontecerá, pois estão sempre buscando uma articulação com políticos, liderança governamental do município de Ariquemes e meios de comunicação, por meio de debates e palestras. Esperamos que esta conquista ocorra o mais breve possível para estes jovens camponeses/camponesas não cultivarem uma cultura urbanizada, e migrem do campo. Um lugar bom de morar, cultivar e viver.

REFERÊNCIAS

BERNARDO M. Fernandes, LEONILDE S. de Medeiros & MARIA Paulilo (orgs.). **LUTAS CAMPONESAS CONTEMPORÂNEAS: CONDIÇÕES, DILEMAS E CONQUISTAS. O campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980.** Vol. I

CALDART, Roseli Salete. **POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO: TRAÇOS DE UMA IDENTIDADE EM CONSTRUÇÃO.** in: KOLLING, Edgar Jorge, CERIOLI, Paulo Ricardo, CALDART Roseli Salete (Orgs). **EDUCAÇÃO DO CAMPO: IDENTIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS** –Brasília, DF: articulação nacional Por Uma Educação do Campo, 2002. Coleção Por Uma Educação do Campo, nº 4..

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. **ARTIGOS:** 205 e 206
bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/1366

DIRETRIZES E BASE DA EDUCAÇÃO NACIONAL – **LDB** - Lei 9.394/96;

FREIRE, Paulo. – **EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA DA LIBERDADE.** 10 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

_____. **PEDAGOGIA DA AUTONOMIA: saberes necessários à prática educativa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

KOLLING, Edgar Jorge, CERIOLI, Paulo Ricardo, CALDART Roseli Salete (Orgs). **EDUCAÇÃO DO CAMPO: IDENTIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS** –Brasília, DF: articulação nacional Por Uma Educação do Campo, 2002. Coleção Por Uma Educação do Campo, nº 4.

LEROY, Jean-Pierre René Joseph. **UMA CHAMA NA AMAZÔNIA: Campesinato, consciência de classe e educação. O Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais de Santarém (PA) (1974-85)** Dissertação de Mestrado apresentado ao Instituto de Estudos Avançados em Educação da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2010. Coleção Cadernos Pedagógicos ProJovem Campo-Saberes da Terra. **Sistemas de Produção e Processos de Trabalho no Campo.** Caderno Pedagógicos Educandass e Educandos, nº 2.

RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 1, DE 15 DE JULHO DE 2000. Portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf acesso em 07 de dezembro de 2012.

